

EDITORIAL

Atendendo ao seu escopo, a Revista Jurídica da FURB divulga artigos científicos voltados à difusão do conhecimento jurídico, mediante diferentes pontos de vista que permitam a análise dos atuais acontecimentos que nos levam a repensar práticas, formas, ideias e ações na área do Direito. Nesse sentido, a Revista Jurídica da FURB apresenta, neste número, artigos com um olhar crítico sobre temas do cotidiano.

Este número inicia com o artigo de Paulo Ferreira da Cunha intitulado “Ética, política e direito democrático: tópicos para a atual crise”. O autor português realiza esse estudo no contexto de um “novo direito fraterno humanista” e inspirado na obra do Padre Manuel Antunes, que considera o “grande pedagogo da Democracia portuguesa”.

Destacam-se, depois, três artigos que discutem a temática da migração. O artigo de Guillermo Luévano Bustamante, Maritza Aguilar Martínez e Gerardo Antonio Prieto Montañez inaugura a temática tratando sobre a migração e o acesso à Justiça, em uma abordagem sobre a postulação de casos em defesa de migrantes em São Luis Potosí, no México. Em seguida, Fernando Hoffmam e Raquel Ceolin explanam o tema no contexto da internacionalização do direito, partindo da análise de uma opinião consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto aos fluxos migratórios e a Lei nº 13.445/2017. Na sequência, José Carlos Loureiro da Silva, Norma Sueli Padilha e Marcelo Lamy discutem a “Síndrome de Ulisses” e a Medicalização dos Movimentos Migratórios, considerando a síndrome descrita pelo psiquiatra Joseba Achoteguy e a forma como a indústria farmacêutica tem lidado com ela.

No campo dos direitos fundamentais, Paulo Adroir Martins e Rosângela Angelin abordam o reconhecimento sociojurídico de pessoas trans no Brasil, buscando identificar quais são os efeitos das formas de reconhecimento sócio jurídico das pessoas trans, bem como os desafios pendentes no Brasil para a garantia da efetiva dignidade humana e livre expressão de seus corpos. No artigo seguinte, Carlos Alexandre Moraes e Eloísa Baliski Romeira analisam os limites do exercício da liberdade de expressão e a consequente responsabilização em caso de ofensa à dignidade humana ou em razão de excesso nesse exercício. Ainda no tema, mas focando na reparação civil, Júlia Bagatini e Marli Marlene Moraes da Costa apresentam uma análise a partir do gênero feminino acerca da responsabilização civil dos profissionais da saúde por violência obstétrica. Por último, nesse eixo temático, Carolina Heloísa Guchel Berri e Daniel Ferreira trazem, em seu artigo, um

exame da tripartição dos poderes da República Federativa do Brasil e o protagonismo do Poder Judiciário frente a questões relativas aos direitos fundamentais à saúde.

Por fim, o eixo temático que encerra este número é o tecnológico. Este eixo conta com o estudo de Wilson Engelmann e Afonso Vinício Kirschner Fröhlich sobre a inteligência artificial aplicada à decisão judicial, em uma abordagem acerca do papel dos algoritmos no processo de tomada de decisão. A seguir, apresentamos o artigo de Renata Albuquerque Lima e Anya Lima Penha de Brito acerca da sociedade da informação na ambiência da nova empresarialidade, em uma verificação sobre eventual contradição entre os dois institutos.

O presente número traz ainda, a tradução do artigo de David Sánchez Rubio, intitulado “Elementos preliminares para uma análise crítica do poder constituinte” que realiza uma aproximação preliminar e crítica desde a filosofia do direito sobre o conceito de poder constituinte em sua versão popular e sua versão oligárquica e, em seguida, complementa com a análise de outro conceito propositivo, o poder instituinte, também na dimensão popular e oligárquica.

A equipe editorial deseja a todos um excelente proveito na leitura dos temas apresentados no número 54 do volume 24 da Revista Jurídica da FURB.

Dr. Leonardo da Rocha de Souza,
Editor.

Layra Linda Rego Pena,
Editora executiva.